



CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

PAUTA 003/2019

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais, resolve convocar os Excelentíssimos Senhores Membros do Conselho Superior do Ministério Público para Sessão Ordinária, a ser realizada no próximo dia 19 de março de 2019, terça-feira, às 14:00 horas, na Sala das Sessões – Sede do Ministério Público do Estado da Bahia, situada à 5ª Avenida, nº 750 - Centro Administrativo da Bahia - CAB, nesta Capital, para apreciação da seguinte ordem do dia:

1.PROCEDIMENTO SIMP Nº 003.0.4972/2019 – REMOÇÃO POR PERMUTA ENTRE A PROMOTORA DE JUSTIÇA NADJA BRITO BASTOS, TITULAR DA 25ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ASSISTÊNCIA DA CAPITAL E A PROMOTORA DE JUSTIÇA ANA CRISTINA VELOSO DE CARVALHO, TITULAR DA 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE FAMÍLIA - 7º PROMOTOR DE JUSTIÇA DA CAPITAL.

2.PROCEDIMENTO MINISTERIAL Nº 003.0.125536/2014, APENSO Nº 003.0.38920/2018. ASSUNTO; EMBARGOS DE DECALARAÇÃO FACE AO PROCEDIMENTO Nº 003.125536/2014. IMPRETRANTE: PROMOTOR DE JUSTIÇA IVAN CARLOS NOVAES MACHADO. INTERESSADA: ASSOCIAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA – AMPEB. ADVOGADO: DR. MANOEL PINTO. RELATORA: CONSELHEIRA MÁRCIA REGINA DOS SANTOS VIRGENS.

3.RELATORIA DE PROCEDIMENTOS:

RELATORA: EXM.^a SR.^a DR.^a PROCURADORA DE JUSTIÇA REGINA MARIA DA SILVA CARRILHO:

3.1. Recurso Administrativo em Procedimento Ministerial nº 191.9.14060/2018, apenso ao Procedimento Ministerial nº 191.9.62664/2018, da Promotoria de Justiça de Formosa do Rio Preto;

3.2. Procedimento Ministerial nº 596.9.148840/2018, da 5ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;

3.3. Inquérito Civil nº 001.9.220577/2018, da 11ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;

3.4. Inquérito Civil nº 198.0.240601/2012, da Promotoria de Justiça de Nova Soure;

3.5. Procedimento Ministerial nº 677.0.60646/2015, da 1ª Promotoria de Justiça de Brumado;



- 3.6. Inquérito Civil nº 167.0.125820/2016, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Mata de São João;
- 3.7. Procedimento Ministerial nº 069.9.164007/2018, da Promotoria de Justiça de Catu;
- 3.8. Inquérito Civil nº 600.9.91874/2018, da 1ª Promotoria de Justiça de Santo Antônio de Jesus.

RELATORA: EXM.^a SR.^a DR.^a. PROCURADORA DE JUSTIÇA MARIA DE FÁTIMA CAMPOS DA CUNHA:

- 3.9. Inquérito Civil nº 597.0.67184/2016, da 4ª Promotoria de Justiça de Valença;
- 3.10. Inquérito Civil nº 644.0.231370/2015, da 8ª Promotoria de Justiça de Vitória da Conquista;
- 3.11. Inquérito Civil nº 674.0.251597/2013, da 2ª Promotoria de Justiça de Alagoinhas;
- 3.12. Inquérito Civil nº 674.0.168268/2015, da 4ª Promotoria de Justiça de Alagoinhas;
- 3.13. Inquérito Civil nº 003.9.134578/2018, da 2ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 3.14. Inquérito Civil nº 677.0.149282/2016, da 1ª Promotoria de Justiça de Brumado;
- 3.15. Inquérito Civil nº 003.1.14259/2003, da 8ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;
- 3.16. Inquérito Civil nº 003.0.112520/2008, da Promotoria de Justiça de Barreiras;
- 3.17. Inquérito Civil nº 003.0.77531/2007, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 3.18. Procedimento Ministerial nº 001.0.216840/2013, da 3ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
- 3.19. Procedimento Ministerial nº 003.9.76007/2018, do Grupo de Atuação Especial de Defesa dos Direitos dos Idosos e das Pessoas com Deficiência – GEIDDEF;
- 3.20. Inquérito Civil nº 701.9.15280/2018, da 5ª Promotoria de Justiça de Itapetinga;
- 3.21. Inquérito Civil nº 674.9.83639/2018, da 5ª Promotoria de Justiça de Alagoinhas;
- 3.22. Inquérito Civil nº 598.0.68917/2015, da 12ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;
- 3.23. Procedimento Ministerial nº 598.0.86289/2014, da 12ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;
- 3.24. Inquérito Civil nº 714.0.152136/2015, da 1ª Promotoria de Justiça de Ibicaraí;
- 3.25. Procedimento Ministerial nº 003.9.81831/2018, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 3.26. Procedimento Ministerial nº 003.0.92620/2009, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa –



GEPAM;

3.27. Inquérito Civil nº 712.0.166557/2011, da 4ª Promotoria de Justiça de Serrinha;

3.28. Inquérito Civil nº 708.0.147814/2011, da 5ª Promotoria de Justiça de Teixeira de Freitas;

3.29. Procedimento Ministerial nº 085.9.14833/2017, da Promotoria de Justiça de Conceição do Almeida;

3.30. Procedimento Ministerial nº 003.0.119409/2012, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;

3.31. Inquérito Civil nº 600.9.258463/2017, da 1ª Promotoria de Justiça de Santo Antônio de Jesus;

3.32. Procedimento Ministerial nº 003.9.21860/2018, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;

3.33. Procedimento Ministerial nº 003.0.174138/2015, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde – GESAU;

3.34. Inquérito Civil nº 167.0.129110/2013, da Promotoria de Justiça de Mata de São João;

3.35. Procedimento Ministerial nº 083.0.261023/2016, da Promotoria de Justiça de Conceição de Feira;

3.36. Inquérito Civil nº 591.0.33778/2010, da 7ª Promotoria de Justiça de Lauro de Freitas;

3.37. Procedimento Ministerial nº 003.9.47066/2018, da 3ª Promotoria de Justiça do Consumidor;

3.38. Inquérito Civil nº 003.0.77755/2012, da 2ª Promotoria de Justiça do Consumidor;

3.39. Procedimento Ministerial nº 933.0.133165/2013, da 4ª Promotoria de Justiça de Luís Eduardo Magalhães;

3.40. Inquérito Civil nº 003.9.199480/2018, da 1ª Promotoria de Justiça de Santo Antônio de Jesus;

3.41. Inquérito Civil nº 708.9.97866/2018, da 6ª Promotoria de Justiça de Teixeira de Freitas;

3.42. Inquérito Civil nº 600.9.655/2018, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Santo Antônio de Jesus;

RELATOR: EXMO. SR. DR. PROCURADOR DE JUSTIÇA ADIVALDO GUIMARÃES CIDADE:

3.43. Procedimento Ministerial nº 597.0.38889/2016, da 4ª Promotoria de Justiça de Valença;

3.44. Procedimento Ministerial nº 608.9.168556/2018, da 4ª Promotoria de Justiça de Jequié;

3.45. Inquérito Civil nº 674.9.161868/2017, da 4ª Promotoria de Justiça de Alagoinhas;

3.46. Inquérito Civil nº 674.0.163452/2011, da 5ª Promotoria de Justiça de Alagoinhas;

3.47. Inquérito Civil nº 598.0.190420/2015, da 8ª Promotoria de Justiça de



Juazeiro;

3.48. Procedimento Ministerial nº 596.0.87149/2009, da 21ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;

3.49. Procedimento Ministerial nº 101.0.44278/2015, da Promotoria de Justiça de Itapicuru;

3.50. Inquérito Civil nº 600.9.35385/2017, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Santo Antônio de Jesus;

3.51. Inquérito Civil nº 600.9.209970/2018, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Santo Antônio de Jesus;

3.52. Inquérito Civil nº 600.9.169375/2018, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Santo Antônio de Jesus.

RELATORA: EXM.^a SR.^a DR.^a PROCURADORA DE JUSTIÇA MARIA AUGUSTA ALMEIDA CIDREIRA REIS:

3.53. Inquérito Civil nº 001.9.201058/2018, da 11ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;

3.54. Procedimento Ministerial nº 677.0.199479/2013, da 1ª Promotoria de Justiça de Brumado;

3.55. Inquérito Civil nº 003.0.116441/2016, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;

3.56. Inquérito Civil nº 600.9.208911/2017, da 1ª Promotoria de Justiça de Santo Antônio de Jesus;

3.57. Inquérito Civil nº 600.9.202525/2018, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Santo Antônio de Jesus.

RELATORA: EXM.^a SR.^a DR.^a PROCURADORA DE JUSTIÇA ÁUREA LÚCIA SAMPAIO LOEPP:

3.58. Recurso Administrativo nº 598.9.148785/2018, apenso ao Procedimento Ministerial nº 598.9.98514/2018, da 8ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;

3.59. Procedimento Ministerial nº 608.9.163213/2017, da 5ª Promotoria de Justiça de Jequié;

3.60. Inquérito Civil nº 003.9.85378/2018, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde - GESAU;

3.61. Inquérito Civil nº 167.9.185071/2017, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Mata de São João;

3.62. Inquérito Civil nº 598.0.224454/2015, da 12ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;

3.63. Inquérito Civil nº 003.0.128683/2011, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;

3.64. Procedimento Ministerial nº 003.9.121055/2018, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde – GESAU;

3.65. Inquérito Civil nº 001.9.197191/2018, da 11ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;

3.66. Inquérito Civil nº 001.9.267322/2017, da 11ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;

3.67. Inquérito Civil nº 717.0.75409/2011, da Promotoria de Justiça de Santa Maria da Vitória.



RELATORA: EXM.^a SR.^a DR.^a PROCURADORA DE JUSTIÇA MÁRCIA REGINA DOS SANTOS VIRGENS:

- 3.68. Procedimento Ministerial nº 003.0.238894/2015, da 2ª Promotoria de Justiça de Catu;
- 3.69. Inquérito Civil nº 003.1.86533/2006, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 3.70. Inquérito Civil nº 003.0.109753/2012, da 16ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;
- 3.71. Inquérito Civil nº 003.0.142953/2009, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 3.72. Procedimento Ministerial nº 003.0.7365/2009, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 3.73. Procedimento Ministerial nº 694.0.77190/2009, da 1ª Promotoria de Justiça de Ruy Barbosa;
- 3.74. Inquérito Civil nº 590.9.99107/2018, da 5ª Promotoria de Justiça de Camaçari;
- 3.75. Procedimento Ministerial nº 003.9.131432/2018, da 3ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente; (TAC)
- 3.76. Inquérito Civil nº 167.0.131206/2010, da 2ª Promotoria de Justiça de Mata de São João.

RELATOR: EXMO. SR. DR. PROCURADOR DE JUSTIÇA ADRIANI VASCONCELOS PAZELLI:

- 3.77. Inquérito Civil nº 696.9.141791/2017, da 3ª Promotoria de Justiça de Candeias;
- 3.78. Inquérito Civil nº 003.0.22704/2013, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 3.79. Procedimento Ministerial nº 003.0.11526/2010, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 3.80. Inquérito Civil nº 167.9.40461/2017, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Mata de São João;
- 3.81. Procedimento Ministerial nº 003.9.74312/2018, da 2ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 3.82. Inquérito Civil nº 003.9.121018/2017, da 3ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente;
- 3.83. Procedimento Ministerial nº 003.9.258132/2017, da 3ª Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Guanambi;
- 3.84. Inquérito Civil nº 034.0.121894/2008, da Promotoria de Justiça de Buerarema;
- 3.85. Inquérito Civil nº 674.9.152951/2017, da 4ª Promotoria de Justiça de Alagoinhas;
- 3.86. Inquérito Civil nº 003.0.196364/2011, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 3.87. Procedimento Ministerial nº 694.0.106452/2009, da 1ª Promotoria de



Justiça de Ruy Barbosa;

3.88. Procedimento Ministerial nº 003.0.196772/2009, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;

3.89. Inquérito Civil nº 681.0.197729/2014, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Euclides da Cunha;

3.90. Procedimento Ministerial nº 598.9.71889/2018, da 12ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;

3.91. Inquérito Civil nº 003.0.141192/2011, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;

3.92. Inquérito Civil nº 167.0.236830/2013, da 2ª Promotoria de Justiça de Mata de São João;

3.93. Inquérito Civil nº 003.0.82830/2016, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde – GESAU;

3.94. Inquérito Civil nº 591.9.135195/2017, da 5ª Promotoria de Justiça de Lauro de Freitas;

3.95. Procedimento Ministerial nº 003.1.65577/2006, da Promotoria de Justiça de Santa Maria da Vitória;

3.96. Procedimento Ministerial nº 608.0.162990/2014, da 5ª Promotoria de Justiça de Jequié;

3.97. Inquérito Civil nº 003.0.217944/2011, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;

3.98. Inquérito Civil nº 003.0.210864/2015, da 3ª Promotoria de Justiça do Consumidor;

3.99. Inquérito Civil nº 128.0.234357/2013, da 2ª Promotoria de Justiça de Nazaré;

3.100. Inquérito Civil nº 597.0.193435/2014, da 4ª Promotoria de Justiça de Valença;

3.101. Inquérito Civil nº 003.0.236693/2014, da 2ª Promotoria de Justiça do Consumidor;

3.102. Inquérito Civil nº 003.0.28591/2012, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;

3.103. Procedimento Ministerial nº 003.0.127447/2011, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;

3.104. Inquérito Civil nº 600.9.209133/2018, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Santo Antônio de Jesus;

3.105. Inquérito Civil nº 644.0.90236/2014, da Promotoria de Justiça de Condeúba;

3.106. Inquérito Civil nº 003.9.110562/2017, da 1ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente;

3.107. Procedimento Ministerial nº 933.0.153421/2014, da 4ª Promotoria de Justiça de Luís Eduardo Magalhães;

3.108. Procedimento Ministerial nº 694.0.252916/2016, da 1ª Promotoria de Justiça de Ruy Barbosa;

3.109. Procedimento Ministerial nº 696.9.73614/2018, da 3ª Promotoria de Justiça de Candeias;



- 3.110. Inquérito Civil nº 716.0.109253/2007, da 1ª Promotoria de Justiça de Ipirá;
- 3.111. Procedimento Ministerial nº 598.9.254587/2017, da 12ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;
- 3.112. Inquérito Civil nº 307.0.220563/2010, da 21ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;
- 3.113. Procedimento Ministerial nº 116.9.43131/2018, da 1ª Promotoria de Justiça de Esplanada;
- 3.114. Inquérito Civil nº 003.9.82140/2018, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 3.115. Inquérito Civil nº 003.9.69182/2017, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 3.116. Inquérito Civil nº 597.0.116966/2016, da 4ª Promotoria de Justiça de Valença;
- 3.117. Inquérito Civil nº 249.9.96421/2017, da 1ª Promotoria de Justiça de Ribeira do Pombal;
- 3.118. Inquérito Civil nº 600.9.171053/2018, da 1ª Promotoria de Justiça de Santo Antônio de Jesus;
- 3.119. Inquérito Civil nº 600.9.50586/2017, da 1ª Promotoria de Justiça de Santo Antônio de Jesus;
- 3.120. Inquérito Civil nº 085.9.86690/2017, da Promotoria de Justiça de Conceição do Almeida;
- 3.121. Inquérito Civil nº 699.0.135388/2014, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Itaberaba;
- 3.122. Inquérito Civil nº 709.9.83243/2018, da 4ª Promotoria de Justiça e Simões Filho;
- 3.123. Procedimento Ministerial nº 126.9.239511/2017, da 4ª Promotoria de Justiça de Jequié;
- 3.124. Procedimento Ministerial nº 701.9.182542/2018, da 5ª Promotoria de Justiça de Itapetinga;
- 3.125. Procedimento Ministerial nº 003.9.1242/2018, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Guanambi;
- 3.126. Inquérito Civil nº 001.9.202404/2018, da 11ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
- 3.127. Inquérito Civil nº 001.9.217869/2018, da 11ª Promotoria de Justiça de Ilhéus.

RELATOR: EXMO. SR. DR. PROCURADOR DE JUSTIÇA RICARDO RÉGIS DOURADO:

- 3.128. Procedimento Ministerial nº 590.9.157017/2018, da 7ª Promotoria de Justiça de Camaçari;
- 3.129. Inquérito Civil nº 709.9.175343/2017, da 4ª Promotoria de Justiça de Simões Filho;
- 3.130. Procedimento Ministerial nº 241.0.224791/2014, da 2ª Promotoria de Justiça de Remanso;
- 3.131. Inquérito Civil nº 003.0.253158/2016, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;



- 3.132. Procedimento Ministerial nº 608.0.162860/2016, da 8ª Promotoria de Justiça de Jequié;
- 3.133. Inquérito Civil nº 674.0.240283/2012, da 6ª Promotoria de Justiça de Alagoinhas;
- 3.134. Procedimento Ministerial nº 694.0.107584/2009, da 1ª Promotoria de Justiça de Ruy Barbosa;
- 3.135. Inquérito Civil nº 003.9.209740/2017, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 3.136. Procedimento Ministerial nº 596.9.214627/2017, da 16ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;
- 3.137. Inquérito Civil nº 003.9.46283/2017, da 3ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente;
- 3.138. Inquérito Civil nº 003.0.74776/2015, da 12ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;
- 3.139. Procedimento Ministerial nº 694.0.103654/2009, da 1ª Promotoria de Justiça de Ruy Barbosa;
- 3.140. Inquérito Civil nº 003.9.3314/2018, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde - GESAU;
- 3.141. Inquérito Civil nº 714.0.129289/2011, da 2ª Promotoria de Justiça de Ibicarai;
- 3.142. Inquérito Civil nº 003.0.10036/2015, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde – GESAU;
- 3.143. Inquérito Civil nº 249.9.125699/2017, da 1ª Promotoria de Justiça de Ribeira do Pombal;
- 3.144. Inquérito Civil nº 597.9.233420/2017, da 4ª Promotoria de Justiça de Valença;
- 3.145. Inquérito Civil nº 674.0.121064/2016, da 4ª Promotoria de Justiça de Alagoinhas;
- 3.146. Procedimento Ministerial nº 598.0.197330/2014, da 5ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;
- 3.147. Inquérito Civil nº 003.0.79373/2012, da 3ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente;
- 3.148. Inquérito Civil nº 644.0.234404/2016, da Promotoria de Justiça Regional Ambiental com sede em Vitória da Conquista;
- 3.149. Procedimento Ministerial nº 706.0.256392/2013, da 5ª Promotoria de Justiça de Porto Seguro;
- 3.150. Inquérito Civil nº 692.1.90107/2005, da 1ª Promotoria de Justiça de Guanambi;
- 3.151. Procedimento Ministerial nº 003.1.112090/2006, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 3.152. Inquérito Civil nº 331.9.178475/2017, da Promotoria de Justiça de Terra Nova;
- 3.153. Procedimento Ministerial nº 677.9.205878/2018, da 1ª Promotoria de Justiça de Brumado;
- 3.154. Inquérito Civil nº 600.9.148001/2018, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Santo Antônio de Jesus;



- 3.155. Inquérito Civil nº 600.9.149299/2018, Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Santo Antônio de Jesus;
- 3.156. Inquérito Civil nº 001.9.198646/2018, da 11ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
- 3.157. Inquérito Civil nº 592.0.48257/2015, da 1ª Promotoria de Justiça de Senhor do Bonfim.

4.O QUE OCORRER.

GABINETE DA PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, EM 08 DE MARÇO DE 2019.

EDIENE SANTOS LOUSADO
Procuradora-Geral de Justiça
Presidente do Conselho Superior do Ministério Público